



UNIVERSIDADE
DO BRASIL

UF RJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR NA VISÃO
DOS/AS PROFESSORES/AS

TAÍS DA SILVA PORTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE TRÊS RIOS

2017



UNIVERSIDADE
DO BRASIL

UF RJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS/AS PROFESSORES/AS

TAÍS DA SILVA PORTO

Monografia apresentada como atividade obrigatória à integralização de créditos para conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - Modalidade EAD.

Orientador (a): Ms. Elder dos Santos Azevedo

ORIENTADOR: MS. ELDER DOS SANTOS AZEVEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE TRÊS RIOS

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Porto, Taís da Silva

Os desafios da inclusão escolar na visão dos/as professores/as. Três Rios, 2017. 45 f. il: 31 cm

Orientador: Elder dos Santos Azevedo

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Licenciado (a) no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD. 2017.

Referencias bibliográfica: f.40-41

1. Inclusão escolar, deficiências, integração escolar.

I. AZEVEDO, Elder dos Santos

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade

EAD

III. Os desafios e possibilidades da inclusão escolar na visão dos (as) professores (as)



UNIVERSIDADE
DO BRASIL
UFRJ



instituto de **biologia**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ATA - DEFESA DE MONOGRAFIA DE PROJETO FINAL

NOME DO GRADUANDO (A)		MATRÍCULA
Tais da Silva Porto		12214020216
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – IB – UFRJ – EAD – POLO TÊS RIOS		
TÍTULO DA MONOGRAFIA		
Os desafios da inclusão escolar na visão dos/as professores/as		
NOME DOS MEMBROS DA BANCA	TÍTULO	ASSINATURA
Orientador Elder dos Santos Azevedo	Mestre	<i>Elder Azevedo</i>
Cristiane Pereira Fontainha de Carvalho	Mestre	<i>Cristiane P. F. de Carvalho</i>
Maria Andrade Rodrigues da Silva	Mestre	<i>Maria A. Rodrigues Silva</i>
		Data: 02/08/2017
<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO (A)		<input type="checkbox"/> REPROVADO (A)
HAVENDO SUGESTÕES NA DEFESA, COLOCAR TÍTULO MODIFICADO DA MONOGRAFIA		
<i>OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS/AS PROFESSORES/AS.</i>		
Sr.(a) Coordenador (a): encaminho, em anexo, a versão revisada do Trabalho Final de Curso nos formatos impresso e digital . Atesto que tal versão contempla as sugestões e/ou observações feitas pela banca durante a defesa.		
ORIENTADOR: <i>Elder dos Santos Azevedo</i>		
LOCAL E DATA <i>Três Rios, 28 de Agosto de 2017.</i>		
COORDENADOR DO CURSO		
LOCAL E DATA		

Dedico este trabalho a meu Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e força para superar os momentos difíceis do caminho escolhido.

Ao meu orientador Elder dos Santos Azevedo pela confiança, dedicação, acompanhamento e todo o incentivo.

A Maria Andrade e Cristiane Fontainha por terem aceitado fazer parte dessa banca e pela leitura competente e todas as dicas e orientações para os ajustes nesse trabalho.

Aos meus pais Ana Lúcia Marques Da Silva e Geraldo Porto Sobrinho que sempre acreditaram e torceram por mim.

À minha amiga Alessandra Luzia Dias Vianna que sempre me incentivou no decorrer do tempo.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO.....	13
1.2 CONCEITUANDO INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO ESCOLAR.....	19
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO	23
3. MATERIAL E MÉTODOS	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1 QUESTIONÁRIOS.....	32
4.2 ENTREVISTAS	33
5. CONCLUSÕES	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
7. ANEXOS	42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Gráfico referente à faixa etária dos/as professores/as.....	28
Figura 2. Gráfico referente à distribuição dos docentes por gênero.....	29
Figura 3. Gráfico referente ao tempo de magistério dos docentes que responderam ao questionário.....	29
Figura 4. Gráfico referente aos anos de escolaridade que os/as professores/as lecionam.....	30
Figura 5. Gráfico referente à formação dos/as professores/as.....	31
Figura 6. Gráfico referente aos professores/as já lecionaram para aluno com deficiência.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD- Associação Assistência à Criança Deficiente

ABBR- Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CADEME- Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais

CESB- Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro

CFE- Conselho Federal de Educação

CONADE- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CORDE- Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

FLCB- Fundação para o Livro de Cegos no Brasil

IBC- Instituição Benjamin Constant

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NAAH/S- Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PDIS- Planos de Desenvolvimento Individualizado

RESUMO

A pesquisa que ora apresento se baseou na investigação sobre os desafios da Inclusão Escolar na visão dos professores e professoras que fazem parte do corpo docente de uma Escola da Rede Pública de Ensino do município de Três Rios/RJ. Foi aplicado um questionário aos docentes professores que do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) com a intenção de descobrir quais deles possuíam alunos com algum tipo de deficiência em suas turmas. Posteriormente, foi realizada uma entrevista com duas docentes para identificar qual é a visão das mesmas em relação à Inclusão Escolar e, assim buscar compreender como ocorre a inclusão desses alunos nessa escola. Algumas questões foram consideradas relevantes na pesquisa, tais como: o tipo de deficiência do/da estudante, formação dos professores e professoras, recursos pedagógicos, quantidade de alunos na classe onde este aluno está inserido, organização do espaço escolar e também o suporte para os profissionais envolvidos no processo.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Deficiências, Integração Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, monográfico, procura discutir a complexidade de se trabalhar com alunos/as com algum tipo de deficiência, mais especificamente, o processo de inclusão destes em uma escola pública de ensino regular. Para o desenvolvimento do trabalho, busca-se responder ao questionamento: Quais são os desafios e possibilidades enfrentadas pelos/as professores/as em lecionar para alunos/as com algum tipo de deficiência?

A escolha desse tema se justifica pela tentativa de compreender como ocorrem os processos cotidianos da inclusão escolar de crianças com deficiência em uma escola pública de uma rede regular de ensino. Cabe destacar a existência das dificuldades, pois vivemos em uma sociedade que necessita vencer os seus preconceitos, rever os seus valores e buscar novos caminhos diante de uma educação que se atenda satisfatoriamente a todos os indivíduos. Durante o estágio nessa escola pude observar muitas crianças com deficiência e percebi que são muitas as dificuldades na adaptação dessas crianças na escola. Minha motivação foi o desejo de saber mais sobre a educação especial e os processos de inclusão escolar no cotidiano da escola.

Este trabalho possui a pretensão de mostrar se as garantias do direito das crianças com deficiência frequentarem o ensino regular são respeitadas. Também procura investigar se a inclusão escolar realmente ocorre de forma efetiva nessa escola ou se apenas ocorre uma integração escolar, ou seja, visa verificar se nessa escola ocorreram transformações profundas com a finalidade de uma adaptação da escola para atender as necessidades das crianças com deficiências o que pode caracterizar um processo cotidiano de transformações para a inclusão escolar bem-sucedida; ou se apenas ocorreram transformações com o intuito de adequar a criança com deficiência à realidade escolar, sem fazer os ajustes necessários no projeto e prática pedagógica das professoras e professores, o que pode caracterizar um processo de integração escolar.

Essa investigação foi realizada com os professores/as dessa escola, pois são eles/as que lidam cotidianamente com os alunos e com alunos com deficiência quando estão matriculados na escola. É importante se averiguar as condições concretas de trabalho e se os requisitos básicos necessários e adequados para uma aprendizagem eficaz que abranja a todos os/as alunos/as acontece nessa escola.

Desse modo, os objetivos da pesquisa passam pela observação e diálogo de como ocorre o processo de inclusão de alunos/as com deficiência, entender como é o

posicionamento dos/as professores/as com relação à inclusão e efetuar uma investigação sobre as dificuldades e/ou facilidades encontradas na prática dos/as professores/as encarregados de receberem esses estudantes na rede regular de ensino.

Compreender como é o dia-a-dia do trabalho desses docentes auxiliará também na compreensão de como essas crianças com deficiência enfrentam o fato de terem o direito de frequentarem o ensino regular, onde a grande maioria das crianças não tem deficiência, pois esse fato pode provocar preconceito por parte de algumas pessoas o que gera a exclusão escolar desses estudantes com deficiência, o que de maneira alguma configuraria uma inclusão escolar, pois a mesma possui como objetivo principal não excluir nenhum aluno, pois a inclusão escolar defende que todos os alunos, sem exceção, devem ingressar no ensino regular.

Essa pesquisa se organiza em três etapas. A primeira etapa, bibliográfica, recorre a um breve histórico da inclusão escolar e da educação especial no Brasil e no mundo. A segunda etapa, também bibliográfica, fará uma conceituação sobre inclusão e integração escolar, suas semelhanças e diferenças, pois esses conceitos são básicos para a compreensão dos processos da educação especial vividos em nosso país e sua transformação para uma perspectiva inclusiva de educação. E a terceira e última etapa, de campo, fez uso de um questionário que foi destinado aos professores/as de uma escola pública de ensino regular. A partir deste questionário, realizou-se uma entrevista somente com os/as docentes que possuíam alunos/as com deficiência no presente ano letivo.

A partir das entrevistas que foram realizadas somente com duas docentes que possuem aluno/a com deficiência, foi possível chegar-se a uma conclusão, mesmo que provisória e localizada, pois reflete as dificuldades e facilidades encontradas na prática pedagógica de duas professoras de uma escola que compõe uma rede de escolas públicas sobre processos, os desafios e possibilidades da inclusão escolar para crianças com algum tipo de deficiência.

1.1 Breve Histórico da Educação Especial no Brasil e no mundo.

Durante a Antiguidade, os romanos, no início da Era Cristã, colocavam em vigor as seguintes práticas:

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar partes sãs daquelas que podem corrompê-las (Sobre a Ira, I).

No fim da Antiguidade, com o Cristianismo, as pessoas deficientes não podiam mais ser mortas, maltratadas ou abandonadas, pois passaram a ser vistas como filhas de Deus como todas as outras pessoas.

Na Idade Média a sociedade considerava que o deficiente era “castigo de Deus” para os seus pais. No final da Idade Média e início da Idade Moderna, a Inquisição¹ condenou milhares de pessoas deficientes ao sacrifício. Dentre estas pessoas estavam: os loucos, os adivinhos, os deficientes mentais ou os considerados endemoniados. (CORRÊA, 2014, p. 22)

No século XVI, os médicos Paracelso e Cardano lançaram a ideia de que a deficiência mental era um problema médico ocasionado devido a uma fatalidade hereditária ou congênita. Segundo a esses médicos, essas pessoas deveriam ter o seu destino decidido pelos médicos, e não pelo clero.

Na Idade Contemporânea iniciou a preocupação com a educação de deficientes, entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que realmente essas pessoas sejam tratadas e educadas de acordo com suas necessidades e especificidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1854, é fundado por D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1428, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1890, o nome foi trocado para Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao professor atuante de Matemática Benjamin Constant Botelho de Magalhães, diretor da instituição (MAZZOTTA, 1999).

Em 1942, foi criada a primeira edição em Braille, da Revista Brasileira para Cegos, pelo Instituto Benjamin Constant. Em 1943, instalou-se a imprensa Braille que atendeu,

¹ Antigo Tribunal da Igreja Católica instituído para capturar, julgar e punir os acusados de heresia. As penas variam desde uma retratação até o confisco de bens e a prisão perpétua, convertida pelas autoridades civis em execução na fogueira ou na forca, em praça pública (séculos XIV, XV, XVI) (LOMBARDI, 2007, p.22 citado por CORRÊA, 2014, p. 22)

inicialmente, aos alunos do Instituto. A partir de 1949, esta imprensa passou a distribuir, gratuitamente, livros a todas as pessoas cegas (MAZZOTTA, 1999).

Em 1946, teve início o ensino integrado para Cegos através de uma portaria ministerial. Em 1947, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV), o Instituto realizou o primeiro curso de especialização de professores para o ensino de cegos.

Em São Paulo, no ano de 1928, é fundado o Instituto de Cegos Padre Chico, atendendo crianças em idade escolar ofertando assistência médica, dentária e alimentar, diversos cursos e funcionava em regime de internato, semi-internato e externato.

Em 1946, foi instalada a Fundação para o Livro de Cegos no Brasil (FLCB), onde se produzia e distribuía livros impressos em Braille. Mais tarde, começou a trabalhar na educação, na recuperação e no bem-estar social das pessoas cegas e com baixa visão.

Em 1857, D. Pedro II, fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1957, essa fundação, passou a ser chamada Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em 1929, na cidade de Campinas/SP, foi fundado o Instituto Santa Terezinha por duas freiras brasileiras que se especializaram em Paris no ensino de crianças surdas. O Instituto foi transferido para São Paulo, em 1933 e, até 1970, funcionava em regime de internato para meninas deficientes auditivas. A partir desse ano, passou a atender meninos também, entretanto, somente atendia em regime de externato ambos os sexos.

Em 1935, em Belo Horizonte, foi criada a Escola Estadual Instituto Pestalozzi voltada para deficientes auditivos e mentais. Em 1952, em São Paulo, foi criada a Escola Municipal Helen Keller para crianças surdas. Era destinada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Em 1954, foi fundado o Instituto Educacional de São Paulo e atendia crianças deficientes auditivas de três a cinco anos de idade. Em 1962, passou a ofertar curso ginásial e funcionar em regime de semi-internato. Até hoje, o Instituto atende crianças com deficiência auditiva, em idade escolar, e crianças e adultos com transtornos de comunicação e funciona em regime de clínica.

Em relação aos deficientes físicos, em 1931/1932, foi criada em São Paulo uma classe especial na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia. Em 1982, havia 10 classes especiais estaduais e eram consideradas escolas isoladas.

Em 1943 foi fundada, em São Paulo, por Maria Helcida Campos Salgado o Lar-Escola São Francisco e atendia deficientes físicos.

O Dr. Renato da Costa Bomfim (1901-1976), fundou em 1950 a Associação de Assistência à criança Deficiente (AACD). Especializada no atendimento de deficientes físicos não sensoriais, paralisados cerebrais e pacientes com problemas ortopédicos. Em 1954, foi fundada a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação – ABBR, por um grupo coordenado por Fernando Lemos e Percy C. Munay.

No que tange à deficiência mental, foram criados: o Hospital Estadual de Salvador, em 1874, e a Escola México, em 1887, no Rio de Janeiro, com ensino regular e também atendimentos a deficientes físicos e visuais.

Em Porto Alegre, 1926, foi criado o Instituto Pestalozzi pelo casal de professores Tiago e Joahanna Wurth, que implantaram a “Concepção da Ortopedagogia das Escolas Auxiliares”. Em 1927, este Instituto foi transferido para Canoas e era um internato que atendia deficientes mentais. Era inspirado na pedagogia social do educador Henrique Pestalozzi.

Em 1935, a professora Helena Antipof criou a Pestalozzi de Minas Gerais. Em 1948, a mesma professora, criou no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Brasil e era destinada às crianças e adolescentes deficientes mentais. Em São Paulo foi fundada em 1952.

Em 1954, no Rio de Janeiro, um grupo de pais fundou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A APAE de São Paulo foi criada em 1961. Atualmente existem mais de 2.000 APAEs em todo o Brasil.

O artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 5.692/71) previa o “tratamento especial aos excepcionais”. Ocorreram diversas ações direcionadas à implantação das novas diretrizes e bases do ensino de nível Fundamental e Médio.

Na atual LDB (Lei nº 9.394/96) o Capítulo V, especificamente da Educação Especial em seus artigos 58, 59, e 60 defende que a Educação Especial é um tipo de educação escolar, ofertada de preferência no ensino regular, direcionada para alunos deficientes, sendo que, deve haver atendimentos especializados, se necessário, aos alunos deficientes. Se caso o aluno estiver impossibilitado de integrar-se na classe comum deve ocorrer um atendimento especializado. A educação inicia-se na Educação Infantil e prossegue ao longo de toda a escolarização.

Nesse mesmo período, surgiram dois documentos que destacaram a Educação Especial. O primeiro foi o Parecer nº 848/72, do Conselho Federal de Educação (CFE). O segundo se tratava da carta do presidente da Federação Nacional das APAEs, Dr. Justino Alves Pereira, solicitando a adoção de medidas urgentes para que o ensino e amparo ao excepcional também fossem incentivados no momento da reformulação dos outros setores educacionais.

A LDB (Lei 4.024/61) reteve um capítulo à educação dos Excepcionais, já a Lei nº 5.692/71 tratou essa questão como um caso do ensino regular.

No cenário internacional na década de 1990, percebemos o avanço das discussões sobre a Educação Especial com a assunção de dois importantes documentos.

Em Joimtien, na Tailândia, em março de 1990, os participantes reunidos para a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos enfatizaram que a educação pode contribuir para se obter um mundo melhor e que é de extrema importância para o progresso pessoal e social e, entre outras certificações, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos buscando a satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem.

A declaração compilada em 10 artigos traz, como diretrizes fundamentais:

- a) Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;
- b) Expandir o enfoque da educação dialogando com o que há de melhor nas práticas correntes;
- c) Universalização do acesso à educação e promoção da equidade;
- d) Concentrar a atenção na aprendizagem, a fim que todos possam realmente aprender;
- e) Ampliar os meios e as condições de aprendizagem na educação básica;
- f) Proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem;
- g) Fortalecer as alianças pela educação nos diferentes níveis nacional, estadual e municipal;
- h) Desenvolver uma política contextualizada de apoio necessária a promoção individual dos sujeitos;
- i) Mobilizar os recursos; e
- j) Fortalecer a solidariedade internacional. (CORRÊA, 2014, p.78)

A Conferência Mundial de Educação para Todos teve como principais objetivos ampliar e melhorar a atenção na primeira infância como também na educação, em especial para as crianças com mais dificuldades; que todas as crianças, inclusive àquelas que vêm das minorias étnicas, devem ter acesso à educação primária gratuita, até o ano de 2015; assegurar o atendimento de todas as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos; atingir uma melhoria de 50% no percentual de alfabetização de adultos até 2015, em especial as mulheres; assegurar a igualdade de gêneros até 2015; garantir melhoria em todos os aspectos da

educação.

Em Salamanca na Espanha, em junho de 1994, ocorreu uma conferência internacional. Delegados de 92 governos e de 25 organizações internacionais reafirmaram através da Declaração de Salamanca, o compromisso com a educação para Todos.

A Declaração de Salamanca (1994) reúne princípios, políticas e práticas da integração das pessoas com necessidades educativas especiais.

- Todas as crianças têm direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível adequado de conhecimentos.
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias.
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.
- As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deverá integrá-las numa pedagogia centrada na pessoa, capaz de atender a essas necessidades.
- As escolas regulares, com essa orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além de proporcionar uma educação efetiva à maioria das crianças e melhorar tanto a eficiência como a relação custo-benefício de todo o sistema educacional (BRASIL, 1995, p. 79).

A Declaração de Salamanca defende uma educação para todos e as escolas, agora integradoras, devem admitir a todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas, sociais. Essa Declaração pleiteia a *pedagogia centrada na criança*:

Aquela que é capaz de educar com sucesso todos os alunos, inclusive os que sofrem de deficiências graves. O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças; dá-se um passo importante para tentar mudar atitudes de discriminação e criar comunidades que acolhem a todos em sociedades integradas. A pedagogia centrada na criança contribui, inclusive, para evitar desperdícios de recursos e frustração de esperanças, consequências frequentes da má qualidade do ensino (BRASIL, 1994, p. 80).

Na atual LDB (Lei nº 9.394/96) o Capítulo V, que trata especificamente da Educação Especial em seus artigos 58, 59, e 60, defende que a Educação Especial é um tipo de educação escolar, ofertada de preferência no ensino regular, direcionada para alunos deficientes, sendo que, deve haver atendimentos especializados, se necessário, aos alunos deficientes. Se caso o aluno estiver impossibilitado de integrar-se na classe comum deve ocorrer um atendimento especializado. A educação especial inicia-se na Educação Infantil e prossegue ao longo de toda a escolarização básica e depois superior.

A partir da década de 1950, ocorreram diversos eventos na área de Educação Especial. Alguns serão apresentados a seguir, cronologicamente:

- 1957 – Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB). Instalada no Instituto Nacional de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, pretendia promover as medidas necessárias à educação e à assistência. Atuava diretamente, ou por meio de convênios com entidades públicas ou particulares.
- 1960 – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe) no Rio de Janeiro. Objetivava promover a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência das crianças “retardadas”.
- 1973 – O governo Médici (1969-1974) criou o Cenesp no Brasil objetivando gerenciar a Educação Especial e promover a ampliação e melhoria do atendimento às pessoas excepcionais. Devido à criação do Cenesp, as Campanhas Nacionais para a educação dos cegos e para a educação e reabilitação de deficientes mentais foram extintas. Tanto o acervo financeiro e patrimonial das campanhas quanto o acervo financeiro, pessoal e patrimonial do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Surdos (INES), passaram a pertencer ao novo órgão.
- 1985 – Criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).
- 1999 – O Ministério da Justiça cria o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade com o principal objetivo de cuidar da adequada implantação e implementação da Política Nacional para a Integração de deficientes e acompanhar o planejamento e execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, política urbana, entre outras, referentes às pessoas deficientes.
- 2001 – As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no artigo 2º estabelecem que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL. MEC/SEESP, 2001).

- 2004 – Foi publicado pelo Ministério Público Federal o documento *O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com a finalidade de orientar a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos. Este referencial contém uma análise da legislação pertinente à educação especial e orientações pedagógicas que discutem a prática dos educadores.
- 2005 – O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, objetivando o acesso dos estudantes surdos, determina a introdução da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como a segunda língua para alunos surdos e a organização bilíngue no ensino regular.
- A implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação - NAAH/S – em todos os estados e no Distrito Federal leva à organização de centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, para garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.
- 2007 – Ocorreu o surgimento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e tem como eixo a formação de professores para a Educação Especial, a implantação da sala de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

1.2 Conceituando Inclusão e Integração Escolar.

Na maioria das escolas ocorre uma divisão entre os alunos que possuem ou não condições de frequentarem as suas salas de aula, entretanto a inserção na sociedade não explicita quem deve ou não ser introduzido nela.

Existem problemas conceituais que confundem o verdadeiro significado de inclusão escolar, desrespeito a princípios constitucionais, interpretações arbitrárias da legislação educacional e preconceitos deturpam o significado da inclusão escolar, abreviando-a unicamente à introdução de alunos com deficiência no ensino regular, menosprezam assim as vantagens que a inclusão escolar pode oferecer à educação dos alunos em geral.

Para Mantoan (2005, p. 24) “inclusão é a nossa capacidade de ver e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver com as diferenças”. Nesse sentido, o foco do trabalho da inclusão escolar são as diferenças. A educação especial se articula com a inclusão por ter seu público marginalizado e demonstrar necessidade de tratamento diferenciado para conseguir obter êxito na sua vida escolar. Assim a educação especial na perspectiva da educação inclusiva é a possibilidade de todas as crianças, sejam elas ditas “normais”, deficientes e com altas habilidades e outros transtornos globais poderem conviver juntas e em condições de se desenvolverem e aprenderem numa sala de aula do ensino regular.

“A exclusão escolar apresenta-se de diversas maneiras e formas cruéis, e na maioria das vezes o que está em jogo é o não saber ou as dificuldades do aluno, perante as exigências da escola para cada idade e ano de escolaridade” (MANTOAN, 2006, p. 190). A escola tornou-se democratizada com a entrada das camadas populares na escola pública que outrora era exclusiva para a classe média. Com a chegada desses novos sujeitos passou a ocorrer processos de exclusão daqueles que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, compreende que a democratização é a produção de personalidades democráticas através do cultivo da “liberdade do educando”, ou seja, os alunos possuem conhecimentos prévios adquiridos nas suas experiências diárias e, esses conhecimentos, não podem ser ignorados no processo de ensino-aprendizagem.

Torna-se necessário uma relação pedagógica que objetiva a inclusão capaz de abolir ou diminuir as hierarquias que sempre estiveram presentes nas relações pedagógicas entre professores e alunos, tidas como invariavelmente autoritárias, e, que normalmente, se firmam em princípios morais conservadores. Amparam-se e manifestam pela tolerância e pelo respeito ao outro, sentimentos estes que necessitam ser averiguados com muita cautela, com o intuito de compreender o que podem mascarar em suas entranhas.

No entanto, a inclusão indaga não apenas as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração. Ela é discordante com a integração, pois prevê a inserção escolar de maneira extremamente radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

A inclusão escolar tem como principal objetivo não excluir nenhuma criança, desde o início de sua vida escolar. A escola inclusiva propõe uma maneira diferente de organizar o sistema educacional considerando as necessidades de todos e cada um dos alunos, sendo assim esse sistema é estruturado em função deles.

Para que a inclusão escolar ocorra de maneira efetiva, faz-se necessária uma alteração de perspectiva educacional para que ela abranja a todos os estudantes, com o objetivo de que todos os alunos obtenham sucesso escolar e na vida social.

A pretensão é tornar a escola inclusiva e, por isso, é urgente que seus planos se redefinam na vertente de uma educação direcionada para a cidadania universal, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças.

Alguns professores do ensino regular não concordam com a inclusão escolar, pois os mesmos consideram-se incapacitados para atenderem aos alunos com deficiências (Mittler 2000 apud Mantoan, 2006). Há também alguns pais de alunos sem deficiências que não são a favor da inclusão, pois acreditam que as escolas vão reduzir e/ou piorar o rendimento do ensino se receberem esses alunos.

A integração é um processo onde crianças com deficiências convivem no espaço de ensino puramente para socialização, não recebem PDIs (Planos de Desenvolvimento Individualizado), atenção e atendimentos necessários para se desenvolver. Nesse sentido, elas estão integradas a vida escolar, fazem parte do cotidiano da escola, mas não estão se desenvolvendo, ou seja, o objetivo principal da escola está sendo falho para essa criança.

Na integração escolar nem todos os alunos com deficiência têm a oportunidade de ingressar no ensino regular, diferentemente do que ocorre no processo de inclusão, pois existe uma triagem preliminar para identificar os alunos aptos para a inserção. Para esses casos, são recomendados: individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais para compensar as dificuldades de aprendizagem. A escola não é alterada completamente, porém os alunos têm de mudar para que possam adaptar-se às exigências da escola.

A integração objetiva a inserção de um aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos anteriormente do sistema educacional e ocorre de forma em que o aluno tem a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial, em todos os seus tipos de atendimentos: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar, entre outros. A integração é um processo que defende a inserção parcial, pois o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Contudo, podemos pensar que na caminhada para a construção de uma escola inclusiva os processos de integração são importantíssimos, para o acesso das crianças com deficiência na escola regular e a partir daí a escola começar a se organizar para tornar-se

inclusiva, lembrando que a inclusão escolar é para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam eles deficientes ou não. Principais diferenças entre inclusão e integração:

Inclusão	Integração
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular)	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poderem frequentar escolas ou classes regulares)
Exige ruptura nos sistemas	Pede concessões aos sistemas
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais, todas ganham)	Mudanças visando prioritariamente as pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais)
Exige transformações profundas	Contenta-se com transformações superficiais
Sociedade se adapta para atender as necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos	Pessoas com deficiência se adaptam as realidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transformam esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos	Inserem nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)
Defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência	Defende o direito das pessoas com deficiência
Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.)	Como reflexo de um pensamento integrados citamos a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex. surdos se concentram melhor; cegos são bons massagistas etc.)
Não quer disfarçar as limitações, porque elas não são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar as chances de inserção
Não se caracteriza apenas pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A simples presença de pessoas com e sem deficiência num mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo <i>integrador</i>
A partir da certeza de que todos somos diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais”- o que existe são pessoas com deficiência	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação, como a Libras. Seríamos então um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeadas pelas que apresentam diferenças
O adjetivo <i>inclusivo</i> é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.)	O adjetivo <i>integrador</i> é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.)

Este quadro foi criado pela Escola de Gente – Comunicação em Inclusão, que o publicou no Manual da Mídia Legal, para detalhar as diferenças entre os conceitos de integração e inclusão. Está também no livro *Você é Gente*, de Claudia Werneck (WVA Editora, 2003).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Este é um trabalho que busca compreender na prática as garantias que a criança com deficiência possui de frequentar o ensino regular nas escolas públicas. Visto que existem alguns desafios a ser superados como: a falta de preparo dos profissionais de ensino, espaço físico inadequado ou não adaptado para alguns deficientes, a falta de recursos didáticos, entretanto hoje existe a possibilidade dessas crianças ingressarem no ensino regular e receber atendimento de acordo com suas necessidades. Nesse sentido o caminhar para uma escola inclusiva está se dando na prática onde o foco passa a ser todos e cada um.

Este tema foi escolhido devido às queixas, ouvidas por mim, de funcionários de uma escola pública. As referidas queixas versavam sobre as dificuldades que os mesmos enfrentam ao receberem essas crianças, por não saberem como lidar com os diferentes tipos de deficiências existentes. Uma secretária da escola relatou-me sobre um episódio em que uma criança de quatorze anos de idade, deficiente mental, agrediu fisicamente a professora dentro da sala de aula. Nesta ocasião, ninguém sabia como agir para conter e acalmar o adolescente.

Houve também uma criança autista que ingressou há pouco no ensino regular. Certo dia, essa criança foi ao banheiro e, como ninguém da escola foi avisado (ou não se atentaram para o fato) que ela necessitava de um acompanhante para ir ao banheiro com ela fazer as suas necessidades, a mesma não sabia como realizar a sua higiene pessoal e, acabou regressando para a sala de aula com as mãos sujas de excremento, o que provocou um pouco de desordem na classe, devido aos outros alunos que presenciaram esta cena. Alguns funcionários também relataram que muitas vezes os próprios pais dos alunos com deficiência tentam “amenizar” a deficiência dos seus filhos e, por isso, não comunicam à escola a real situação daquela criança. Isso torna o problema ainda mais agudo, pois os funcionários, que não sabem que um determinado aluno tem algum tipo de deficiência, mesmo que seja uma deficiência leve, não saberão como atender esse aluno de maneira adequada.

Este assunto da inclusão escolar, de crianças com deficiências, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento é de extrema relevância, pois a atual LDB, no Capítulo V, defende que a Educação Especial deve ser ofertada preferencialmente no ensino regular, devendo haver atendimentos especializados direcionados a esses alunos em questão, caso se façam necessários atendimentos.

Apesar do discurso em torno da inclusão, infelizmente o que temos visto em muitos casos é a integração da criança na rotina da turma e da escola e não uma reorganização do

espaço escolar e das práticas pedagógicas dos/as professores/as para o atendimento da criança com deficiência ou até altas habilidades.

Diante do exposto, esse trabalho se justifica pela necessidade de ouvir os problemas e compreender as condições materiais concretas do trabalho docente com as crianças com algum tipo de deficiência e discutir as possibilidades e possíveis caminhos para o cumprimento da legislação educacional e o favorecimento da aprendizagem de todas as crianças.

Para que a inclusão escolar ocorra é preciso que todos os alunos, sem exceção, ingressem no ensino regular, e a escola tenha meios de oferecer aulas e os recursos necessários para que a aprendizagem de todos se efetivem. O sucesso escolar é a principal meta a ser alcançada através da inclusão e esse sucesso deve ser entendido como a capacidade da criança se desenvolver plenamente em todas as áreas da vida social, começando em sua vida escolar.

O conhecimento e a divulgação das necessidades, facilidades e dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho com alunos deficientes na rede regular de ensino poderá possibilitar a reestruturação das condições de trabalho e das características das organizações escolares, auxiliando a execução de uma educação inclusiva que seja realmente eficaz.

O objetivo geral desse trabalho é provocar uma reflexão acerca das dificuldades e/ou facilidades encontradas no trabalho com a inclusão escolar. E em objetivos mais específicos procura-se:

- . Compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência em uma escola da rede pública de ensino.
- . Entender o posicionamento dos/as professores/as com relação à inclusão;
- . Realizar um levantamento sobre as dificuldades e/ou facilidades enfrentadas pelos/as professores/as que estão incumbidos de receber esses estudantes no ensino regular.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia, utilizou-se pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a alguns autores como, por exemplo, Mazzotta (1999), Corrêa (2004), Manton (2006), Mittler (2000) apud Mantoan (2006), Werneck (2003), Brandão (2006), a legislação educacional disponível como a LDB/1996, a Declaração de Salamanca e a Declaração Jomtien aliados às leituras da disciplina de Educação Especial ofertado no meu curso de graduação. A pesquisa se organiza em três etapas. A primeira etapa, bibliográfica, referiu-se a um breve histórico da inclusão e da educação especial no Brasil e no mundo, servindo como base para a realização da discussão.

A segunda etapa, ainda bibliográfica, buscou conceituar inclusão e integração escolar, pois são dois conceitos distintos, entretanto, algumas pessoas, e até mesmo os agentes do próprio sistema escolar podem deturpar, confundir ou ainda tomar por sinônimos seus significados e gerar equívocos no cotidiano escolar e no trato com a inclusão.

Por fim, a terceira etapa, de campo, fez uso de um questionário que foi aplicado aos professores de uma escola pública do ensino regular para identificar quais destes possui (em) algum aluno/a com deficiência em sua turma, buscando dados referentes aos alunos/as com algum tipo de deficiência e às condições da escola diante da proposta da inclusão escolar. Através do questionário foi possível fazer um recorte tomando por base os professores ou professoras da escola pesquisada que tem alunos/as com deficiência no corrente ano. Assim foram realizadas duas entrevistas com as docentes que possuíam alunos/as com algum tipo de deficiência, com o objetivo de melhor compreender as questões da pesquisa e responder os objetivos propostos neste trabalho.

Brandão (2000, p.179), citando Blanchet & Gotman nos ensina que

A entrevista se impõe sempre que se ignora o mundo de referência ou que não se deseja decidir a priori sobre o sistema de coerência interno às informações pesquisadas. O questionário implica que se conheça o mundo de referência [...] Enquanto a construção do questionário exige uma escolha prévia de fatores discriminantes, a entrevista não exige a classificação a priori dos elementos determinantes. (BLANCHET & GOTMAN, 1992, p. 40-41).

O questionário e a entrevista foram elaborados com muita cautela para que servissem de instrumentos de aproximação com os sujeitos da pesquisa e que estes ficassem a vontade para respondê-los ou não. Nesse sentido, foi levado em consideração o universo onde os mesmos seriam realizados. Existem três caminhos que, segundo Kish, precisam ser percorridos durante a elaboração de um questionário, pois a finalidade principal do mesmo é o

de compreender o comportamento humano, neste caso o comportamento dos professores. Diante do contexto das ciências empíricas, esses caminhos são: 1- Observar o comportamento que acontece de maneira natural no âmbito real; 2- Criar situações artificiais e observar como as pessoas se comportam perante tarefas definidas para essas situações; 3- Perguntar aos professores sobre o que fazem (fizeram) e pensam (pensaram).

Os limites existentes, no caso dos estudos que tenham essa temática, impõem a necessidade de utilização de entrevistas e/ou questionários. O questionário será constituído de onze questões, sendo que dessas questões três delas serão abertas e o restante fechadas.

O questionário ficou disponível para os docentes na secretaria da escola pesquisada e foi entregue a cada um deles pela diretora, assim os mesmos se sentiram à vontade para responderem, caso desejarem. O questionário permaneceu na secretaria durante uma semana, período que, segundo a diretora da escola, é mais que suficiente para ser respondido por todos os docentes. Os professores que se dispuseram a responder ao questionário passaram a integrar a pesquisa, com o intuito de compreender o ponto de vista de cada um deles, em relação à inclusão escolar e como ocorre esse processo no cotidiano do seu trabalho.

A utilização do questionário fez-se necessária para compreender a opinião sobre inclusão escolar de cada um dos professores que responderam ao mesmo, também para identificar qual (is) deles possui (em) aluno com algum tipo de deficiência neste ano letivo.

De acordo com Kaufmann (1996) citado por Brandão (2006) o indivíduo que é entrevistado não se limita a fornecer informações; ao se engajar, desenvolve todo um trabalho sobre si mesmo para construir uma identidade própria; e esse processo se desenrola diante do pesquisador, em diferentes níveis de precisão e dificuldade, os quais ultrapassam bastante o que acontece usualmente em uma conversação.

Diferentemente da aplicação do questionário, a entrevista foi realizada pessoalmente com cada um (a) dos (as) professores (as) que possui aluno (a) com algum tipo de deficiência.

Após o período em que o questionário esteve à disposição dos/as docentes na secretaria da escola pesquisada, foram realizadas duas entrevistas que ocorreram em dois dias diferentes. Ambas foram realizadas no refeitório da escola, pois é um local onde não há barulho e nem possibilidades de interrupções. A primeira entrevista começou às 07h da manhã e terminou às 07h43min. da manhã. A professora não teria a primeira aula, então, ela se colocou à disposição para a realização da entrevista.

A segunda entrevista, teve início às 07h12min. da manhã e terminou às 07h3min., pois nesse dia a professora se atrasou e não poderia deixar a turma a qual leciona muito tempo

sozinha. Ainda assim, a entrevista foi rápida, porém, foi muito proveitosa, pois deu para falar sobre praticamente tudo o que era necessário para o desenvolvimento do trabalho.

Quanto ao segmento de ensino que as professoras trabalham: a professora P1 é do Primeiro Segmento e a professora P4 do segundo segmento, ambos do Ensino Fundamental. Ouvir professoras de diferentes segmentos foi importante para perceber como a educação especial na perspectiva da educação inclusiva ainda se constitui como grande desafio para a prática docente de diferentes professores/as.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para atender aos objetivos da pesquisa, foi aplicado um questionário para conhecer o corpo docente da escola e assim, buscar compreender quais são as reais dificuldades enfrentadas pelos professores ao receberem estudantes com algum tipo de deficiência no ensino regular.

A escola onde a pesquisa foi realizada possui um quantitativo de 34 docentes que trabalham em dois turnos: matutino e vespertino, entretanto, somente sete deles se disponibilizaram a responder ao questionário.

Dentre os professores que se disponibilizaram a responder o questionário, nenhum deles possui entre 18 e 24 anos e nem de 25 a 35 anos, apenas 1 deles possui idade entre 36 e 45 anos e 6 deles possuem mais de 46 anos de idade:

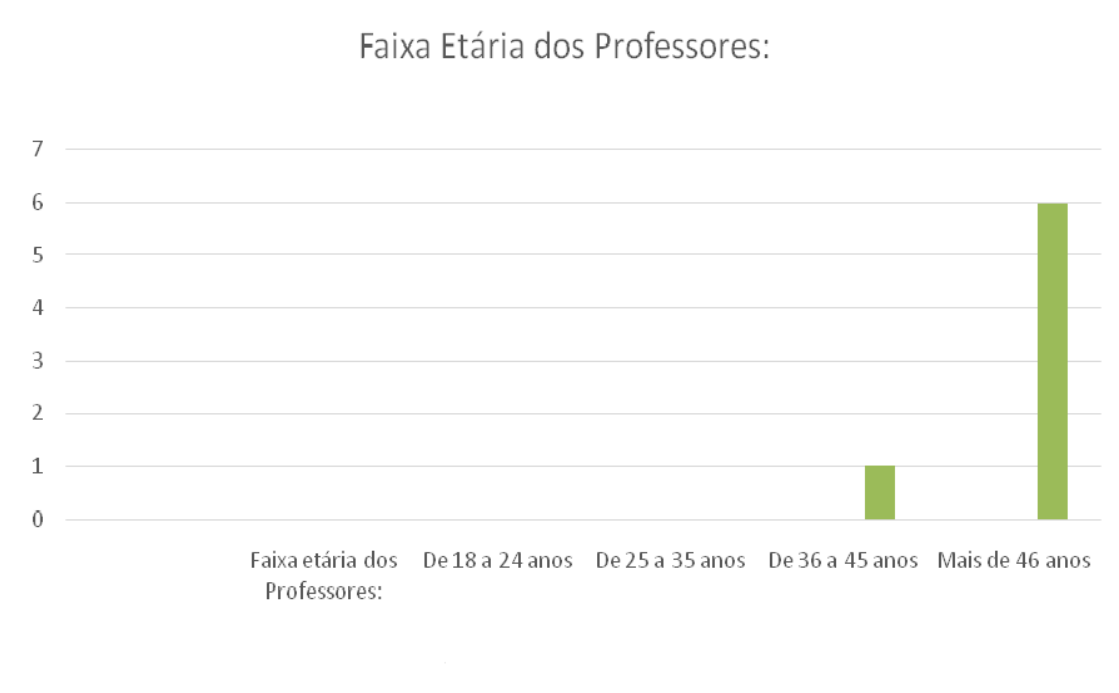


Figura 1 – Gráfico referente à faixa etária dos/as professores/as.

No que diz respeito ao gênero dos professores, somente um deles é do gênero masculino e 6 femininos.

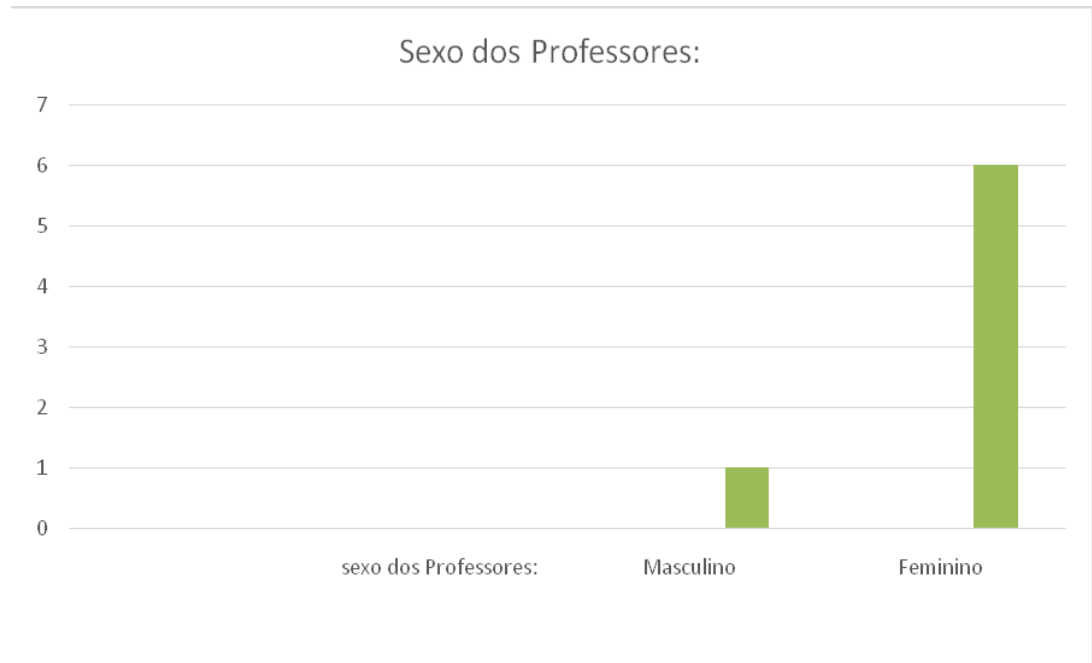


Figura 2 – Gráfico referente à distribuição dos docentes pelo gênero.

De acordo com o tempo de magistério que cada um desses professores possui, podemos encontrar uma distribuição um pouco mais variada, pois nenhum deles lecionou durante cinco anos ou menos tempo, dois deles lecionam entre seis e 10 anos, dois deles lecionam de 11 a 15 anos e três lecionam há mais de 16 anos.

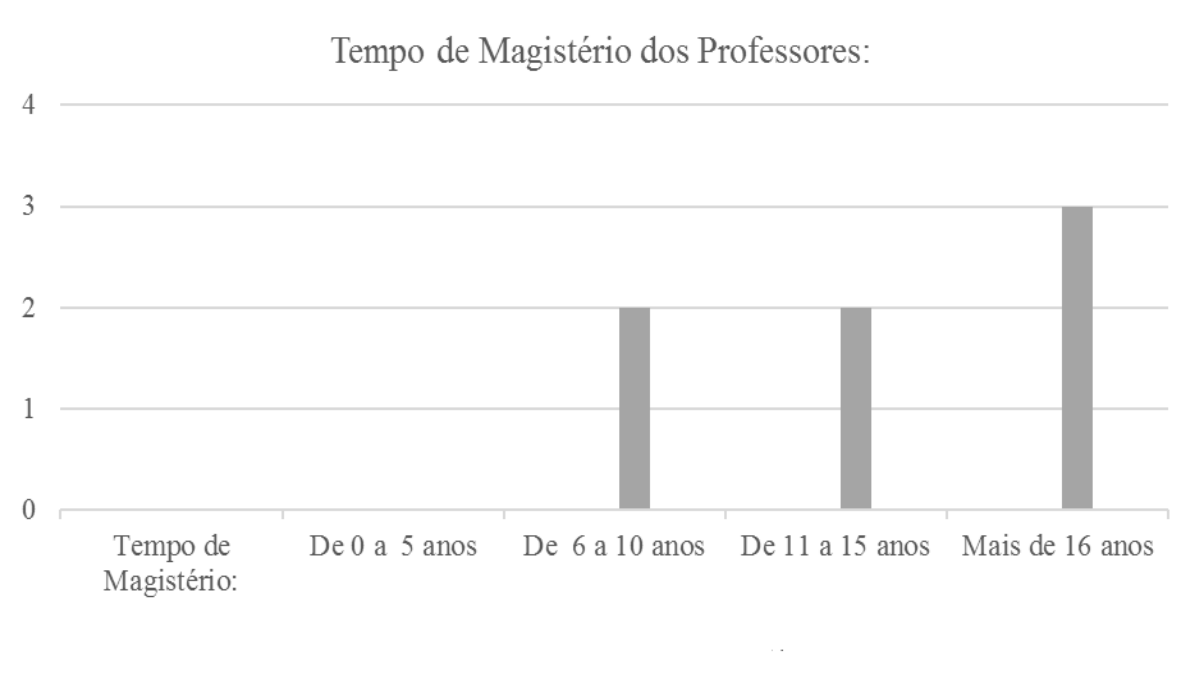


Figura 3 – Gráfico referente ao tempo de magistério dos/das docentes que responderam ao questionário.

Desses professores, alguns lecionam na escola pela manhã e outros à tarde. À tarde funciona na escola do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Primeiro Segmento) e de manhã do 6º ao 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental (Segundo Segmento). Quatro desses professores lecionam do 1º ao 5º ano de escolaridade e três professores, do 6º ao 9º ano de escolaridade:

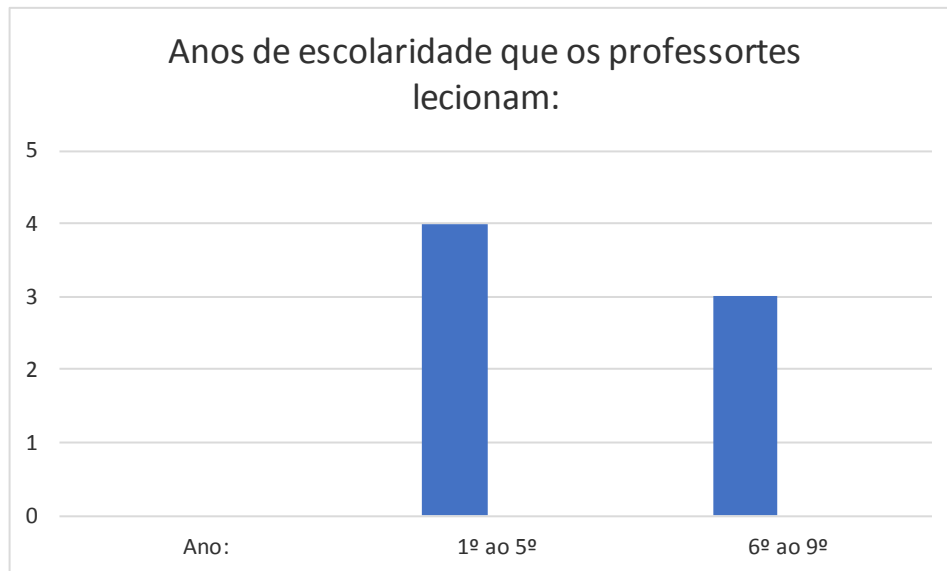


Figura 4 – Gráfico referente ao quantitativo de professores/as que responderam ao questionário por ano de escolaridade.

Quanto ao nível de formação desses docentes é bem variado, pois um possui o ensino médio na modalidade normal, três tem ensino superior em áreas específicas das licenciaturas, dois tem pós lato sensu (uma em psicopedagogia institucional e a outra em pedagogia empresarial) e um tem pós stricto sensu (Mestrado).

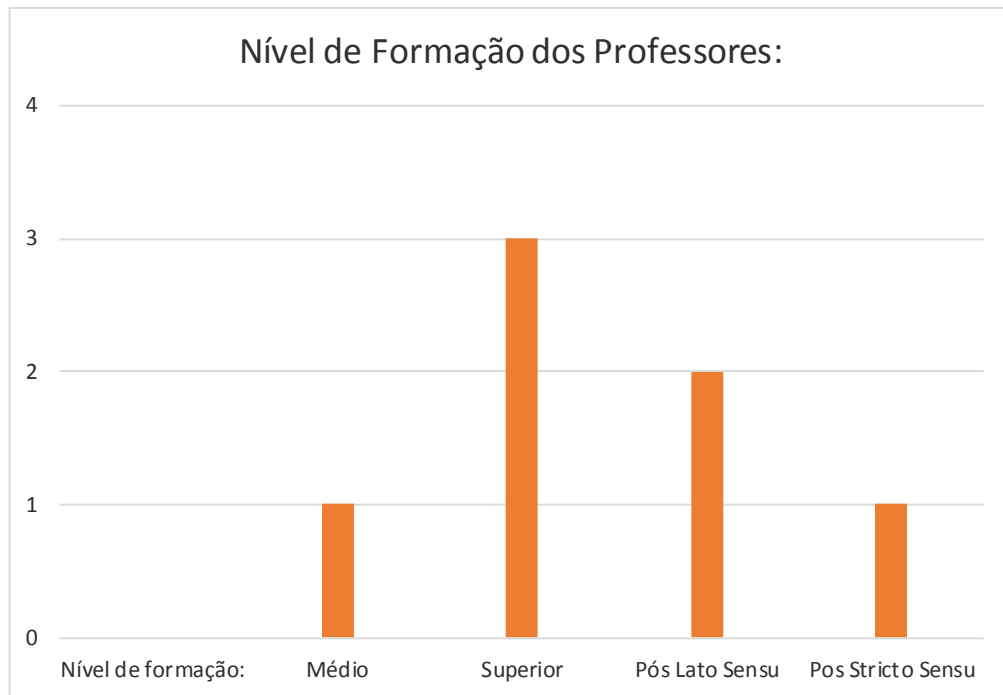


Figura 5 – Gráfico referente à formação dos professores/as.

Somente um deles nunca lecionou para alunos com deficiência durante a sua trajetória profissional, os outros já lecionaram tiveram experiências de trabalhar com alunos com algum tipo de deficiência, pelo menos uma vez em suas vidas:

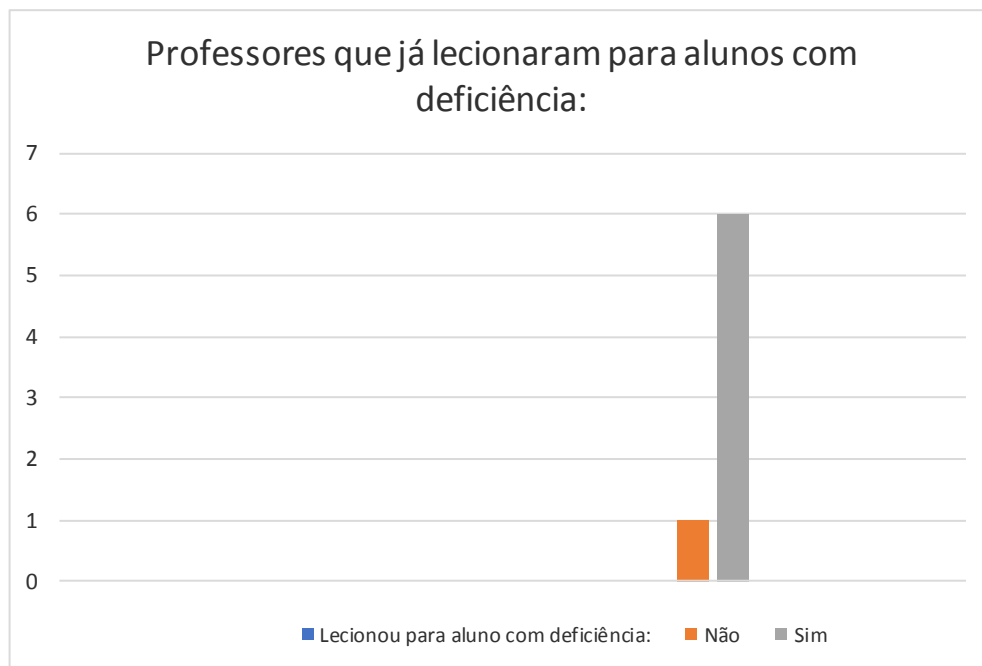


Figura 6 – Gráfico referente aos/as professores/as que já lecionaram para alunos com deficiência.

4.1 Questionários

O questionário contou também com duas questões para livre resposta dos professores e professoras. Assim transcrevo abaixo suas respostas quando perguntados sobre qual(is) tipo(s) de deficiência(s) seus alunos apresentavam.

P1- Deficiência Intelectual;

P2- Cegueira Parcial, Síndrome de Fryns, Autismo, TDAH;

P3- Paralisia Cerebral, Síndrome de Down;

P4- Não soube especificar o tipo e grau de deficiência;

P5- Deficiência Intelectual

P6- Síndrome de Down e autismo.

Com relação às dificuldades e/ou facilidades enfrentadas por esses professores, apenas P5 apontou uma facilidade, que segundo ele (a): “é a consciência do aluno/a com deficiência perante a sua dificuldade”. Os demais professores somente apontaram as dificuldades que sentem ao longo do processo educacional escolar vivido por eles e essas crianças:

P1- “Falta de material didático e de espaço físico adequado, tempo hábil, profissionais preparados para atender alunos/as deficientes”;

P2- “Falta de tempo para atender a este aluno, falta de materiais adequados”;

P3- “Falta do acompanhamento da família no processo e a falta de profissionais capacitados para atender as necessidades específicas de cada criança dentro do âmbito escolar”;

P4- “Tenho dificuldade e falta de preparo para lidar com alunos/as especiais”;

P5- “Alunos/as com dificuldades e turmas com muitos alunos”;

P6- “Despreparo da escola e do professor para trabalhar a parte pedagógica de acordo com a necessidade do aluno/a e material apropriado”.

Quando perguntados sobre o que cada um deles pensam a respeito da inclusão escolar, as opiniões foram diversas, tais como:

P1- “Utopia”;

P2- “É o aluno estar inserido no âmbito escolar e sendo preparado para ter autonomia em suas tarefas, escolhas e convívio”;

P3- “Ações que garantem o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas”;

P4- “É estarem aptos: escola, professores, diretores, famílias, merendeiras, ou seja, todos, inclusive as famílias a lidarem com deficiência”;

P5- “A inclusão escolar existe quando o espaço físico da escola e os profissionais da escola estão preparados para atender as diferentes deficiências”;

P6- “Na realidade a inclusão não existe. O que se faz é colocar um aluno deficiente com professores sem orientação e preparação necessária para lidar com as necessidades desse aluno”.

A partir do panorama geral dado pelos questionários, foi possível ter um suporte para realizar duas entrevistas com os docentes que possuem alunos com deficiência nesse ano letivo. Assim, duas professoras foram entrevistadas. Essa entrevista objetivou aprofundar ainda mais o assunto para que se pudesse compreender como vem se estruturando as práticas de inclusão escolar na escola pesquisada.

4.2 Entrevistas:

As professoras designadas como P1 e P4 foram entrevistadas pessoalmente, pois são as únicas professoras dessa escola, de todos os que responderam ao questionário, que lecionam para algum aluno/a com deficiência.

A professora P1 mostrou-se muito apressada durante a entrevista, ela explicou que havia chegado atrasada à escola, pois estava vindo de outra escola, que também leciona, em um município vizinho. Ela foi muito breve e objetiva nas suas respostas. O aluno dela possui deficiência intelectual e ela disse que a sua maior dificuldade no trato com esse aluno refere-se ao seu comportamento inadequado em sala de aula, ela afirma que: “Há dias que ele vem para a escola muito agitado e acaba atrapalhando o restante da turma”.

A entrevista com a professora P1 reforça, mais uma vez, a ideia do despreparo dos professores e professoras para trabalhar com crianças com algum tipo de deficiência, pois de acordo com as suas respostas, a mesma se considera despreparada para trabalhar com esse tipo de aluno. Além disso, segundo a essa professora, ela dispõe de pouco tempo para desenvolver uma didática “especial” direcionada somente para esse aluno.

A professora P4 chegou um pouco antes do horário marcado para a entrevista e ainda faltava um bom tempo para dar início a sua primeira aula na escola. Ela disse que a sua aluna

é deficiente auditiva, ela é surda. Entretanto, ela relatou que a aluna tem muito interesse em aprender e acompanhar as atividades propostas para a turma.

Essa professora relatou que uma semana antes da realização da entrevista ela aplicou uma prova para os alunos da turma onde essa criança frequenta, mas a mesma não conseguiu responder uma questão sequer da prova aplicada. Então, essa professora estava pensando em uma forma de elaborar uma prova para essa aluna, de modo que a mesma consiga realizar a avaliação sem ser prejudicada.

Quando ela relatou esse ocorrido veio à tona o que Mantoan (2006, p.186) defendeu que: “tornar igual ou excluir as diferenças torna a crise educacional cada vez mais intensa”, ou seja, o professor deve ter em mente que os alunos, tendo algum tipo de deficiência ou não, devem aprender e terem sucesso no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, no caso de alguns alunos, seu processo de ensino e avaliação deve ocorrer de maneira diferenciada para que realmente o processo de aprendizagem aconteça de forma efetiva.

A inclusão escolar nos convoca a pensar que diferentes alunos têm diferentes necessidades e diferentes modos de aprender, portanto, não se pode desconsiderar o fato de que cada um dos alunos tem as suas especificidades, sendo assim, não se pode ensinar e avaliar a todos eles igualmente. A maior dificuldade apontada por essa professora é a adaptação da aluna na escola, pois ela começou a frequentar essa escola há apenas três semanas.

A professora P4 contou que a aluna consegue compreender o que ela e os demais alunos falam, porque ela realiza leitura labial e ainda consegue copiar perfeitamente o que é transcrito na lousa.

As professoras entrevistadas não possuem nenhum curso na área de educação especial inclusiva. E não dispõem de muitas ‘técnicas’ para utilizarem no trabalho com esses alunos. A professora P1 disse que costuma fazer uso de uma ou outra “didática especial” que aprendeu durante a sua graduação. Já a professora P4 usa da sua sensibilidade e força de vontade.

Há também o fato de as salas de aula estarem muito lotadas de alunos. A professora P1 tem 38 alunos em sua turma e a professora P4, 35 alunos. Isso é um fator, apontado pelas próprias professoras, que contribui ainda mais para o fracasso escolar da criança com deficiência, pois um único professor não é capaz de atender a tantos alunos.

Em relação ao acompanhamento dessas crianças fora da escola, apenas o aluno da professora P1 realiza atendimento semanal pela APAE, a aluna da professora P4 não faz nenhum tipo de atendimento, no momento.

A entrevista explicitou ainda mais o ponto de vista dos docentes, no âmbito de se considerarem despreparados para o trabalho com alunos/as com deficiência, pois as duas professoras entrevistadas não se consideram capacitadas para trabalharem com essas crianças. Tanto a professora P1 quanto a professora P4, responderam durante a entrevista que deveria ter um/a monitor/a para auxiliá-las durante as aulas nas turmas onde essas crianças frequentam, alegaram que isso facilitaria bastante o trabalho delas. A professora P1 disse que tem muitas obrigações e que, por isso, não tem tempo disponível para fazer um curso para se especializar na área de educação especial inclusiva. A professora P4 falou que gostaria muito de ter a oportunidade de fazer alguns cursos nessa área para se aperfeiçoar, no entanto, não possui recursos financeiros para isso.

Diante do exposto pelas professoras e da legislação educacional entende-se a necessidade, no caso do aluno com deficiência intelectual, de uma mediadora para ajudar nas intervenções pedagógicas durante as aulas e no caso da criança surda, do acesso a libras e um intérprete de libras para auxiliar a aluna e todas as crianças na aprendizagem da língua brasileira de sinais, posto que se defende uma educação inclusiva.

A professora P1 informou que a família do seu aluno não faz o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e não a procura para saber como a criança se comporta dentro da sala de aula o que, segundo essa professora, seria fundamental para o desenvolvimento desse aluno, pois o professor necessita do apoio da família da criança. A professora P4 ainda não tinha tido nenhum contato com a família da sua aluna, porque a mesma havia ingressado há pouco tempo nessa escola.

Por sentirem-se sozinhas, as professoras apontam a necessidade das famílias estarem mais presentes para ajudá-las na cobrança de um ambiente escolar que de fato favoreça as aprendizagens das crianças com deficiências. A culpabilização acaba sendo utilizada como estratégia para justificar as mazelas em que vive a escola pública e as dificuldades que as famílias, sobretudo, as mais pobres, têm de exigir o cumprimento dos direitos que possuem.

5 CONCLUSÕES

No decorrer da história observa-se uma preocupação com o destino das pessoas com algum tipo de deficiência, entretanto, somente na Idade Contemporânea se começou a pensar na educação escolar dessas pessoas, porém ainda necessita-se de que várias medidas sejam adotadas para que esse objetivo seja plenamente alcançado.

Muitas instituições voltadas para a educação de pessoas com deficiência foram criadas, desde o ano de 1854. A primeira instituição direcionada para este fim foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado por D. Pedro II.

No ano de 1971, o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 5.692/71) previa o “tratamento especial para os excepcionais”. Devido a isto, aconteceram várias ações voltadas à implantação das novas diretrizes e bases do ensino de níveis Fundamental e Médio.

Nesse mesmo espaço de tempo, surgiram dois documentos que deram ênfase à Educação Especial. Esses documentos foram o Parecer nº 848/72 do Conselho Federal de Educação (CFE) e o outro documento foi a carta do presidente da Federação Nacional das APAEs, o Dr. Justino Alves Pereira, que estava diligenciando atitudes urgentes para serem tomadas objetivando o ensino e o amparo para o estudante com deficiência.

A Lei 4.024/61 da LDB reteve um capítulo destinado à Educação dos Excepcionais, na Lei nº 5.692/71 esse assunto foi considerado um caso do ensino regular. A atual LDB (Lei nº 9.394/96) no capítulo V, sobre a Educação Especial nos artigos 58, 59 e 60 defendem que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente no ensino regular, destinada para estudantes com deficiência, entretanto, deve ocorrer atendimentos especializados, se preciso, aos estudantes com deficiência.

No mês de março de 1990, na Tailândia, em Joimtien, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e postulou-se que a educação pode contribuir para se conquistar um mundo melhor e é fundamental para o progresso pessoal e social. A Conferência Mundial de Educação para Todos se concentrou na ampliação e na melhoria da atenção na primeira infância e também na educação, incluindo as crianças com maiores dificuldades; assim todas as crianças, inclusive aquelas que vêm das minorias étnicas, devem ter acesso à educação primária gratuita, até o ano de 2015. O documento busca ainda assegurar o atendimento de todas as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos; atingir uma melhoria de 50% no

percentual de alfabetização de adultos até 2015, em especial as mulheres; assegurar a igualdade de gêneros até 2015; garantir melhoria em todos os aspectos da educação.

No mês de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, aconteceu uma Conferência Internacional. Os participantes, mais uma vez, frisaram o compromisso com a Educação para Todos. O documento resultante dessa Conferência é chamado de Declaração de Salamanca.

A política de inclusão escolar é reconhecida através do direito de todos os alunos matricularem-se na rede regular de ensino. Essa política estabelece que todas as escolas devem estar aptas para trabalharem com as diferenças existentes. No entanto, o que se constata é que a inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência é muito difícil, sobretudo pela pouca ou pela ausência de preparação dos professores.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma pesquisa de como acontece à inclusão em uma escola da rede pública de ensino regular no município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se constatar que a deficiência não pode ser encarada como um fato que impede e que aliena a criança no meio educativo onde a mesma está inserida, mas sim deve ser um ponto de partida para uma junção de esforços e apoios que a orientem como um futuro cidadão, que se sinta preparado para conviver em sociedade, independentemente da existência ou não de algum tipo de deficiência, até porque qualquer indivíduo pode vir a adquirir uma deficiência no decorrer da sua vida.

Na escola onde a pesquisa foi desenvolvida o que se evidencia não é inclusão escolar, mas sim integração, pois essa escola não sofreu nenhuma modificação concreta e competente para o recebimento dessas crianças, ou seja, não existe nenhum profissional preparado para auxiliar o professor dentro da sala de aula com o/a aluno/a com deficiência durante as aulas, não existem recursos didáticos apropriados. Embora exista uma sala de recursos multidisciplinar, entretanto não tem os recursos específicos para se trabalhar com os alunos das professoras entrevistadas, como por exemplo, painéis com atividades desenvolvidas no âmbito da escola em Libras, entretanto, para este caso é imprescindível que a professora saiba se comunicar em Libras ou que exista um intérprete proporcionando compreensão adequada de como é o cotidiano escolar direcionado para a criança surda e um recurso didático que poderia estar sendo utilizado no ensino da criança com deficiência intelectual é o jogo didático que auxiliaria na memorização e no aprendizado dessa criança, pois motivaria a criança a prestar atenção no que tivesse sendo ensinado através do jogo.

O que acontece nessa escola é apenas a inserção de crianças com deficiência com as demais crianças, para o cumprimento da Lei, ocorrendo o que configura a integração escolar, pois a inclusão escolar traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, a inclusão transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos os alunos. A inclusão escolar ocorre de forma mais ampla do que a integração, porque a inclusão acontece totalmente e incondicionalmente, ou seja, as crianças com deficiência não necessitam se prepararem para se inserirem na escola regular, pois a escola deve estar preparada para receber todos os tipos de alunos.

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender por que a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. (WERNECK, apud JOVER, 1999, p. 12)

Quanto mais cedo uma criança tiver a oportunidade de interagir a diversidade, melhor será para ela, pois na sociedade onde vivemos mais cedo ou mais tarde uma criança se vê em um lugar ou em uma situação onde exista alguém que é “diferente” dela. Conviver com a diversidade faz bem para a criança, pois com isso, ela aprende a ter respeito pelo próximo, além de conhecer sobre a diversidade da vida humana.

Quando um professor se considera despreparado para trabalhar com um aluno com deficiência e não se esforça para desenvolver um trabalho que seja eficiente para o aprendizado desse aluno, ele pode estar, sem perceber, excluindo este aluno.

Os professores precisam sempre ter em mente que os seus alunos não são iguais, independentemente de terem algum tipo de deficiência ou não. Uma vez que cada um dos alunos tem as suas particularidades e aprendem em ritmos e jeitos diversos e, por essa razão, devem ser considerados diferentes durante o processo ensino-aprendizagem. Isso também é muito válido no momento da avaliação da aprendizagem de cada um dos alunos.

Diversas são as dificuldades enfrentadas por professores/as. Dentre elas destaca-se o fato de a rede pública de ensino ser precária em materiais didáticos apropriados para os diversos tipos de deficiência, falta de espaço físico adequado para receberem esses alunos, ausência de profissionais preparados para atenderem esses alunos/as, turmas com muitos alunos e a existência do próprio ceticismo por parte dos professores no que se refere à inclusão escolar.

No que se refere às facilidades encontradas pelos professores que lecionam para alunos/as com deficiência está o interesse em aprender os conteúdos por parte do aluno/a com

deficiência e também o carinho e o respeito que têm com os professores. A professora P4, por exemplo, relatou durante a entrevista que a sua aluna que é surda tem mais interesse em aprender do que os seus outros alunos ditos "normais". Essa professora disse que a aluna presta atenção na aula, copia todo o conteúdo do quadro e faz os deveres que ela passa para serem feitos em casa. Essa professora falou que em geral as crianças com deficiência são muito carinhosas, além dessa aluna com surdez a professora P4 já teve outros alunos com outros tipos de deficiência e ela defende que todos possuem a mesma essência: "Esses alunos são muito carinhosos e só esperam ser retribuídos".

No entanto, não se pode deixar de considerar que nem todas as crianças são "carinhosas" e que para se ensinar não se deve "romantizar" a relação pedagógica, pois esta situação não ajudará em nada para fazer com que essa criança consiga aprender os conteúdos, como deve ser. Ter "pena" ou qualquer outro sentimento parecido com este também não vai adiantar e nem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

É preciso ter em mente que o (a) professor (a) não está na escola apenas para receber e dar carinho, ele (a) está lá para ensinar aos seus alunos que, por sua vez, vão para a escola para aprender e, assim ampliar suas visões e leituras do mundo. É fundamental que se tenha afeto na relação entre o (a) professor (a) e os alunos, no entanto, essa relação não deve se resumir a isso, pois o objetivo principal é o processo de ensino-aprendizagem.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir. **Família & Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, p.171-183, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm) Acesso em: 25 jan. 2017

_____. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

_____. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em:< <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em 10 maio de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CEB/CNE 17/2001, homologação publicada no DOU 17/08/2001, Seção 1, p. 46. Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001, Seção 1, p. 39.

_____. **Nota técnica nº04/2014/MEC/SECADI/DPEE, de 23 de janeiro de 2014**, que dá orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

CORRÊA, M. A. M. **A Educação Especial no Brasil** In: Vol: 1 aulas 1 a 15, p. 10-118, 2014. Apostila de Curso de Graduação.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, David (Org.) **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 35-61, 2006.

JOVER, Ana. **Inclusão: qualidade para todos**. In: Nova Escola, junho de 1999.

MANTOAN, M^a. Teresa Eglér. et al. **A interação de pessoas com deficiências**. São Paulo: Menmon Editora, 1997.

_____. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

_____. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David (Org.) **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 183-209, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. _____ (Org.) **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 299-318, 2006

SKILIAR, Carlos. A inclusão é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.) **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 15-34, 2006.

WERNECK, Cláudia. Projeto Você é gente? Escola da Gente. In: Prefeitura de São Paulo. **Mídia e Deficiência: Veet Vivarta**. Fundação Banco do Brasil (Série Diversidade), 2003. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20278.pdf>. Acesso em: 12 jun de 2016.

7 ANEXOS

Questionário Aplicado para a Pesquisa: Desafios da inclusão escolar na visão das/dos professoras/professores.

1. Sexo: Masculino () Feminino ()
2. Idade:
 - a. De 18 a 24 anos () c) De 36 a 45 anos ()
 - b. De 25 a 35 anos () d) Mais de 46 anos ()
3. Tempo de magistério:
 - a. 0 a 5 anos () c) 11 a 15 anos ()
 - b. 6 a 10 anos () d) Mais de 16 anos ()
4. Leciona para quais anos:
 - a. 1º ao 5º ano () b) 6º ao 9º ano ()
5. Nível de formação. Especificar a formação mais elevada.
 - a. Médio () _____
 - b. Superior () _____
 - c. Pós Lato Sensu () _____
 - d. Pós Stricto Sensu () _____
6. Já lecionou para aluno(s) e/ou aluna(s) com alguma deficiência?
 - a. Não () b) Sim ()

Se sim, qual (is) tipo(s) deficiência(s):

7. Com base em sua experiência docente, mencione duas ou mais dificuldades e/ou facilidades encontradas por você no trabalho com alunos/as deficientes:

8. Pela sua experiência, acha que está preparado (a) para trabalhar com alunos/as deficientes?

- a. Não () b) Sim ()

9. De acordo com sua opinião, a escola onde você trabalha, está preparada para receber alunos deficientes de uma forma geral?

- a. Não () b) Sim ()

10. Neste ano letivo você possui algum aluno deficiente nesta escola?

- a. Não () b) Sim ()

11. Para você o que é inclusão escolar?

Questões da Entrevista realizada com docentes que possuem aluno/a com deficiência.

1. O/a aluno/a que você trabalha é diagnosticado com qual deficiência?
2. Você tem algum curso na área da educação especial inclusiva?
3. Com quais suportes (materiais e/ou humanos) você conta para desenvolver o trabalho com ele?
4. Quantos alunos/as há na turma que ele frequenta?
5. A criança faz algum atendimento ou tratamento fora do espaço escolar?
6. Você acredita que com a realidade do trabalho que você e a escola fazem está na perspectiva da educação inclusiva?
7. O que você pode apontar como mecanismos e instrumentos que podem vir a facilitar seu trabalho?
8. Como você percebe as famílias no trabalho desenvolvido por você e pela escola?

Entrevista com a professora 1 designada P1:

1. O/a aluno/a que você trabalha é diagnosticado com qual deficiência?
“Deficiência Intelectual”.
2. Você tem algum curso na área da educação especial inclusiva?
“Não”.
3. Com quais suportes (materiais e/ou humanos) você conta para desenvolver o trabalho com ele?
“Por enquanto, eu vou tentando utilizar técnicas que eu aprendi durante a minha vida acadêmica, entretanto, encontro muitas dificuldades, pois o que é mais complicado é que essa criança não se concentra em nada”.
4. Quantos alunos/as há na turma que ele frequenta?
“38 alunos”.
5. A criança faz algum atendimento ou tratamento fora do espaço escolar?
“Sim. Essa criança faz acompanhamento pela APAE”.
6. Você acredita que com a realidade do trabalho que você e a escola fazem está na perspectiva da educação inclusiva?
“Não. Porque eu nem a escola estamos preparados para trabalhar com esse tipo de estudante”.
7. O que você pode apontar como mecanismos e instrumentos que podem vir a facilitar seu trabalho?
“No meu caso, um/a monitor/a na turma que essa criança estuda seria ideal”.
8. Como você percebe as famílias no trabalho desenvolvido por você e pela escola?
“Sinto falta do acompanhamento da família que seria fundamental no processo, pois para se ter sucesso na aprendizagem da criança deve-se ter um elo entre a escola, a família e os profissionais que fazem o atendimento da criança fora da escola”.

Entrevista com a professora 4 designada P4:

1. O/a aluno/a que você trabalha é diagnosticado com qual deficiência?

“Surdez total”.

2. Você tem algum curso na área da educação especial inclusiva?

“Não”.

3. Com quais suportes (materiais e/ou humanos) você conta para desenvolver o trabalho com ele?

“Sensibilidade e força de vontade próprias para descobrir meios que facilitem o trabalho com essa criança”.

4. Quantos alunos/as há na turma que ele frequenta?

“35 alunos”.

5. A criança faz algum atendimento ou tratamento fora do espaço escolar?

“Não”.

6. Você acredita que com a realidade do trabalho que você e a escola fazem está na perspectiva da educação inclusiva?

“Não. Porque a escola simplesmente cumpre com o dever de receber esses tipos de estudantes, porém não faz nenhuma alteração curricular para facilitar a permanência e a adaptação desses estudantes”.

7. O que você pode apontar como mecanismos e instrumentos que podem vir a facilitar seu trabalho?

“Um curso de Libras me ajudaria muito, pois essa criança executa muito bem a leitura labial, pelo fato de ter nascido surda, no entanto, eu ainda encontro muitas dificuldades para compreender o que ela tenta me dizer às vezes. Acho que se tivesse um/a monitor/a que soubesse Libras também ajudaria bastante no processo de aprendizagem dessa criança”.

8. Como você percebe as famílias no trabalho desenvolvido por você e pela escola?

“Essa criança ingressou nessa escola há apenas três semanas, então, ainda não foi possível ter contato com a família da mesma”.